Notícias do dia 15 de setembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 5

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Comissão de Saúde da Alego vai ao TCE contra cortes no Ipasgo - XADREZ 3

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Medida cautelar visa derrubar decreto que reduz exames e atendimentos pelo Ipasgo 4

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Deputados aprovam mudanças no Ipasgo e inclusão de pais de servidores como dependentes 5

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Semana de trabalhos do Legislativo resultou em 42 deliberações e 21 novos processos protocolados 6

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Alteração no Ipasgo é destaque na pauta de votações nesta 4ª-feira 9

PORTAL IMPRENSA - ANÁPOLIS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Boletim do TCE-GO faz raio-X na folha de pagamento do Estado 11

Comissão de Saúde da Alego vai ao TCE contra cortes no Ipasgo - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

Desde que o Ipasgo deliberou por reduzir em 50% cotas de atendimentos eletivos, para não comprometer a prestação de serviço, vem sofrendo pressão para voltar atrás na decisão, a começar pelas associações, sindicatos e laboratório de Goiás.

O assunto virou debate político, na sessão de ontem da **Alego**, com apelos para que o órgão voltasse atrás em sua decisão. No mesmo momento, a Comissão de Saúde da Casa, por meio de seu presidente, Gustavo Mendanha (PSDB), entrou com medida cautelar, junto ao **Tribunal de Contas do Estado** para suspender a decisão do Ipasgo, que é presidido por Hélio José Lopes, advogado e filiado ao Democratas de Anápolis.

Mediador

Membro da base aliada, o deputado Maycllyn Carreiro (PRTB) se propôs a conversa com o presidente do Ipasgo para que não haja nenhum redução na prestação de serviço do Ipasgo que atende cerca de 600 mil usuários.

Novas regras

Por 21 votos a favor, os deputados aprovaram ontem novas regras para o Ipasgo, a partir de um projeto de Karlos Cabral (PDT) que amplia a adesão de titulares do plano de saúde.

Site: https://ohoje.com/impresso/5422/

Medida cautelar visa derrubar decreto que reduz exames e atendimentos pelo Ipasgo

Após o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) decidir cortar as cotas de atendimentos eletivos em 50%, o presidente da Comissão de Saúde da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), Gustavo Sebba (PSDB), ingressou com uma medida cautelar junto ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) a fim de que o decreto seja suspenso. A iniciativa foi avalizada pelos membros da Comissão de Saúde da **Assembleia Legislativa de Goiás**. Documento foi protocolado no **TCE** pelo presidente do Grupo na Casa de Leis, Gustavo Sebba "Essa decisão é absurda. Vivemos ainda um momento de dificuldade devido a pandemia, os procedimentos eletivos estão acumulados. Esse é o momento em que o servidor público mais precisa do Estado, momento em que o plano deveria estar mais estruturado para dar conta dessa demanda reprimida", disparou o parlamentar ao falar sobre o assunto.

Em outro trecho do seu pronunciamento, Sebba destacou que na atual conjuntura a administração do Ipasgo requer o "mínimo de planejamento".

"O servidor público, que tanto contribui, não está tendo retorno e eles não podem pagar o preço pelo mau planejamento, para não falar má gestão", finalizou.

Decreto A decisão tomada pelo Instituto afeta a quantidade de exames e atendimentos autorizados em caráter de urgência. Conforme divulgado, a decisão foi tomada em razão do limite orçamentário que terminou extrapolado nos meses de julho e agosto.

Em nota divulgada pela imprensa local, o Ipasgo explicou que a variação se justifica pelo atendimento à demanda reprimida durante a pandemia.

Sendo assim, defende a necessidade de se estabelecer "medidas de contenção de gastos visando o equilíbrio financeiro para 2021".

Após repercussão O governo de **Goiás** se manifestou por meio de nota a respeito dos ganhos associados ao Instituto ao longo dos últimos anos. No documento, a gestão democrata ressalta que após 20 anos de crise, "o Ipasgo honra pontualmente os pagamentos dos prestadores de serviço e conta com mais de meio bilhão em caixa".

Em outro trecho o Executivo salienta que o governo anterior, os resultados sempre foram deficitários.

"Em 2017, o plano de assistência fechou o ano com R$ 17.903.949,54 negativos, enquanto em 2018, o déficit foi de R$ 1.503.518,02", finaliza. (Felipe Cardoso, especial para O Hoje

A decisão tomada pelo Instituto afeta a quantidade de exames e atendimentos autorizados em caráter de urgência.

Site: https://ohoje.com/impresso/5422/

Deputados aprovam mudanças no Ipasgo e inclusão de pais de servidores como dependentes

Os deputados estaduais aprovaram mudanças no Ipasgo, durante sessão realizada na terça-feira (14), na **Assembleia Legislativa de Goiás** . Caso o texto seja sancionado pelo governador Ronaldo Caiado, filhos poderão incluir seus pais no plano de dependentes.

Entre as alterações também está a determinação de que a perda da condição de titular não implica na exclusão automática dos dependentes inscritos na respectiva matrícula

Durante a discussão da matéria, o deputado Karlos Cabral (PDT) se posicionou favorável à aprovação de projetos que permitem a inclusão de pais dos servidores estaduais como segurados dependentes no Ipasgo. Cabral lembrou que a inclusão estava suspensa desde 2017.

"Estamos fazendo uma justiça que há muito tempo os servidores esperavam", apontou o deputado.

Mudanças no Ipasgo: medida cautelar impulsiona retomada dos serviços

O deputado Gustavo Sebba (PSDB) afirmou, em plenário, ter entrado com medida cautelar junto ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) para que a decisão de corte de 50% das cotas de procedimentos eletivos seja suspensa e o atendimento volte a ser garantido aos servidores públicos.

"Nós vivemos um momento de dificuldade muito grande, neste momento ainda de pandemia, mas já numa projeção pós pandemia, onde os procedimentos eletivos estão acumulados", disse.

"É um momento em que o plano de saúde tinha que estar mais estruturado para dar conta dessa demanda, que tinha que ter um planejamento mínimo de orçamento do ano passado, vigente para esse ano, já pensando nessa demanda reprimida", frisou.

O peessedebista destacou a contribuição por parte dos servidores públicos, diante da consequência de uma decisão não discutida. "O servidor público que contribui, que teve aumento, que teve ajuste da sua contribuição recentemente não está tendo retorno", disse.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/deputados-aprovam-mudancas-no-ipasgo-e-inclusao-de-pais-de-servidores-como-dependentes/

Semana de trabalhos do Legislativo resultou em 42 deliberações e 21 novos processos protocolados

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a última semana de votações com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 42 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO), e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, seis foram aprovados em votação definitiva e seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que, quatro são iniciativas parlamentares, um originário do TCM-GO, e um outro oriundo da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 6142/21, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios, que altera a Lei Orgânica daquele tribunal, de número n° 15.958/2007.

A proposta prevê que os auditores, em número de quatro, também denominados conselheiros-substitutos, sejam nomeados pelo governador, dentre cidadãos que satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de **conselheiro** do TCM, mediante concurso público de provas e títulos, bem como avaliação psicológica, realizado perante o Tribunal e por esse homologado, observada a ordem de classificação.

Já o projeto da Governadoria que seguiu para sanção é o protocolado sob nº 6710/21, que foi solicitado pela Universidade Estadual de **Goiás** (UEG) e visa alterar a Lei nº 20.028, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa Dinheiro Direto no Câmpus (Procâmpus). A iniciativa objetiva atualizar essa legislação para adequá-la ao rearranjo institucional realizado pela UEG.

Segundo consta na justificativa da propositura, "o Procâmpus, instituído pela Lei nº 20.028, de 2018, busca a descentralização de relevantes atribuições de natureza financeira e administrativa no âmbito da UEG. Essa lei sofreu, posteriormente à sua publicação, os efeitos da Lei Estadual nº 20.748, de 17 de janeiro de 2020, e do Decreto nº 9.593, de 17 de janeiro de 2020, que ocasionaram, respectivamente, alterações em sua estrutura e a aprovação de seu novo estatuto".

Dessa forma, o governador Ronaldo Caiado (DEM) fundamenta que a atualização da citada lei é necessária para criar compatibilização com a reestruturação administrativa aplicada à universidade. "A proposta, ao sanar esse desalinhamento entre a Lei do Procâmpus e a atual estrutura da UEG, viabilizará o repasse e o uso de recursos financeiros aos câmpus e às unidades universitárias com maior eficiência, para toda a comunidade acadêmica ser atingida positivamente", explica.

Iniciativas parlamentares que seguiram para sanção

Já no rol das iniciativas parlamentares, o Plenário aprovou em definitivo o processo nº 6739/21, que visa alterar a Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, a qual versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 92, inciso X, da Constituição do Estado de **Goiás**. A proposta é do deputado Maycllyn Carreiro (PRTB).

Maycllyn Carreiro, na justificativa da proposição, defende que o objetivo é garantir a inserção de recém-graduados no mercado de trabalho, implementando a reserva de vagas para quem se graduou até três anos, tendo como limite final de contagem desse prazo a data da inscrição no processo seletivo simplificado de que trata a Lei nº 20.918/2020.

O deputado ressalta ainda que "a reserva de 20% de recém-graduados garantirá a aplicação do princípio constitucional da igualdade material, ao tratar desigualmente os desiguais. Isso porque aqueles que possuem mais experiência têm acesso mais rápido ao mercado de trabalho. Essa reserva então permitirá que aqueles recém-egressos da faculdade tenham a mesma oportunidade". A matéria segue, agora, para sanção da Governadoria.

Outra matéria parlamentar, que depende agora

apenas da sanção do governador para se tornar lei, é o projeto nº 3735/19, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que propõe instituir a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de **Goiás**.

De acordo com Gomide, a proposta visa instituir no estado "mecanismos legais de planejamento e ordenamento que possibilitem a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e assegure o direito humano à alimentação adequada e saudável, usando de forma sustentável os recursos naturais; conservando e recompondo os ecossistemas, reduzindo os resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção".

O deputado informa que, de acordo com o Programa Redes para o Desenvolvimento Sustentável (Redes), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aproximadamente 88 mil famílias de **Goiás** se mantêm em razão da produção rural de pequena monta. No Brasil, 70% do que é consumido provém das pequenas propriedades rurais.

O projeto de lei nº 7254/19, de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL), também foi votado em definitivo durante a semana. Seu texto declara como patrimônio imaterial cultural a gastronomia e cultura do Festival Italiano de Nova Veneza.

O festival italiano de Nova Veneza é rico em manifestações culturais, incluindo músicas, danças típicas, apresentações de corais, lançamento de livros literários e cinema italiano. De acordo com o Teófilo, cerca de 60% dos moradores têm descendência italiana, e o festival foi criado justamente para enaltecer e valorizar a cultura dos moradores, resgatando, inclusive, a gastronomia.

Por fim, de autoria do deputado Julio Pina (PRTB), o Plenário aprovou em segunda votação ainda na semana, o projeto de lei nº 4240/20. A matéria declara de utilidade pública a Associação Atlética Alto Horizonte, com sede no município de Alto Horizonte (GO).

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 16 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 14 de iniciativa parlamentar, uma originária do Executivo, e outra do TJ-GO. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um relatório geral oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) e quatro vetos, sendo um deles parcial e três integrais, totalizando 21 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Entre esses novos projetos em tramitação na Casa, e que já tramitam nas Comissões, está o de nº 7107/21, que prevê a cobrança por uso de equipamento de monitoramento eletrônico para os detentos do sistema penitenciário goiano. De acordo com o texto da proposta, a medida tem natureza jurídico-administrativa e como foco a compensação financeira por utilização, violação, dano e/ou avaria das tornozeleiras eletrônicas pelos apenados no estado de **Goiás**.

Ainda de acordo com o texto, a medida trata de procedimento ligado à administração penitenciária, não aos direitos e às garantias fundamentais indicados no texto constitucional. Além disso, ao ser implementada não modifica nem altera o exercício do direito ou modifica quaisquer critérios para sua concessão. A proposta, assinada pelo governador Ronaldo Caiado, segue exemplo já adotado em outros estados brasileiros, como Santa Catarina e Mato Grosso. O texto foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), por meio da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP), e da Secretaria de Estado da Casa Civil.

"Portanto, nota-se que a exigibilidade da cobrança pelo custeio e pela manutenção de dispositivo eletrônico de monitoração à distância, a título de compensação, não se insere na competência legislativa privativa da União, pois se trata de norma administrativa de natureza penitenciária e orçamentária, com a admissão constitucional de competência dos estados", esclarece o governador no texto da proposta.

No projeto de lei, o parecer da Central Integrada de Monitoração Eletrônica da Gerência de Segurança e Monitoramento da DGAP, também aponta que a prestação de serviços de disponibilização do equipamento ao detento demanda o valor de R$ 245 por mês ao Estado. O parecer destaca, ainda, que, para atender a demanda existente hoje, são necessárias 10 mil novas tornozeleiras. Dessa forma, a medida proposta tem o objetivo, além de reduzir os custos, possibilitar a ampliação da política de monitoração eletrônica em **Goiás**.

Pauta para a próxima semana

Em virtude do feriado do Dia da Independência, os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da próxima semana na quarta-feira, 8. Na Ordem do Dia constam 48 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria, do TCM-GO, e do TJ-GO. A sessão, com início às 15 horas, será

realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião a pauta traz 17 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 23 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisadas também seis matérias da Governadoria, das quais três se encontram em primeira votação e três em definitivo. Há também, para análise dos deputados em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e um projeto de lei do TJ-GO em última fase de votação.

Dentre os processos que serão submetidos à apreciação definitiva, destaca-se a proposta nº 6454/21. Seu texto, proposto pela Governadoria do Estado, tem como intuito alterar a Lei nº 8.000, de 1975, que dispõe sobre os critérios e as condições de promoção dos oficiais da ativa da Polícia Militar do Estado de **Goiás** (PM-GO).

O objetivo é alterar a lei para o estabelecimento de critérios objetivos para a constatação da ação meritória e, também, uniformizar as decisões relacionadas à promoção efetuada pelo critério da bravura, tornando-a, segundo o governador Ronaldo Caiado (DEM), "mais justa".

Para se tornar lei, a iniciativa precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na quarta-feira, 8, consulte a pauta prévia.

Site: https://brasilemfolhas.com/2021/09/semana-de-trabalhos-do-legislativo-resultou-em-42-deliberacoes-e-21-novos-processos-protocolados/

Alteração no Ipasgo é destaque na pauta de votações nesta 4ª-feira

Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 15, deve contar com 80 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados estaduais. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta estão 72 projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 19 propostas para serem apreciadas em votação definitiva e 28 em primeira apreciação. Outras 32 matérias poderão ter apreciados os pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Poderá ser votado, ainda, em fase única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a que altera a Lei nº 17.477, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de **Goiás** (Ipasgo Saúde). A matéria, protocolada com o nº 1515/19 , é de iniciativa do deputado Karlos Cabral (PDT), apensado ao projeto de lei nº 5096/20, do Delegado Humberto Teófilo (PSL), e ao de nº 1143/20, de autoria do deputado Sebastião Caroço (DEM).

O texto que está indo para análise definitiva se diferencia do original já que a matéria teve aprovado um substitutivo do deputado Bruno Peixoto (MDB), que unifica as três propostas e possibilita que ex-detentores de mandato eletivo possam permanecer vinculados ao plano, bem como um destaque, apresentado pelo deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL), que suprime o parágrafo 3º do artigo 10, que permitiria a inscrição de servidores ou empregados públicos de outros entes da Federação, que estiverem à disposição do estado. Esse destaque foi aprovado por 22 a zero.

A redação original da proposta trata de garantir aos pais de servidores do estado o direito de dependência no Ipasgo. Em tramitação desde o dia 28 de março de 2019, o projeto é um dos recordistas de votos no menu " Opine Cidadão " do portal da **Alego**. A matéria é uma reapresentação do parlamentar, já que em outra oportunidade, no início de 2018, após ampla discussão com a sociedade e aprovação na Casa, um projeto de mesmo teor foi vetado pelo ex-governador José Eliton (PSDB). Os deputados, na ocasião, por sua vez, mantiveram o veto.

Cabral justifica que a reapresentação do texto atende um anseio dos próprios servidores. "Fizemos um amplo debate no mandato passado junto aos servidores e ao Ipasgo e com muito empenho conseguimos aprovação do projeto na Casa. Infelizmente, o Governo não compreendeu a necessidade do ajuste na lei, que, como provado por números, não causa nenhum prejuízo de ordem financeira à instituição", disse.

O projeto, segundo Karlos Cabral, atende dispositivo da Constituição Federal que remete aos pais o dever de cuidar dos filhos enquanto menores, e aos filhos maiores o dever de amparar os pais na sua velhice. "Nada mais justo que se aprove a presente proposição e garanta o direito de os filhos incluírem seus pais no seu plano de dependentes à assistência à saúde, disponibilizados pela lei, no Ipasgo", defende.

De acordo com o texto apresentado, os pais de servidores filiados ao Ipasgo se inscreveriam como dependentes no plano, mediante pagamento de mensalidade individual indicada em tabela atuarial e descontada na conta corrente do titular, em valor correspondente à faixa etária e ao padrão de acomodação de internação. "Essa mudança permitiria que os filhos que detêm melhores condições financeiras possam disponibilizar aos pais uma saúde de melhor qualidade, cumprindo assim a função familiar que tanto defende a nossa Constituição Federal", considera o deputado.

Cabral explica que, seguindo o princípio da seguridade social, dentre os benefícios concedidos aos servidores públicos, a assistência à saúde deve ser estendida aos familiares do funcionalismo público. "Assim, estender aos pais a possibilidade de serem incluídos no plano de usuários do Ipasgo como dependentes, sob responsabilidade do titular da matrícula, é reconhecer aos servidores estaduais o benefício que os servidores

federais já o possuem", pontua.

O pedetista agradece o apoio da população que tem se manifestado a favor do projeto nas redes sociais. "Nossa atuação no Parlamento tem que ser respaldada pela vontade popular. Toda manifestação ecoa na Assembleia e, na maioria das vezes, influencia no posicionamento dos deputados. A matéria do Ipasgo é de extrema relevância e contamos sempre com o apoio da população, em especial, dos servidores públicos", completa.

Se o projeto receber sinal verde do Plenário nesta segunda e definitiva fase de votação, ele estará apto a ser enviado para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 15, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/alteracao-no-ipasgo-e-destaque-na-pauta-de-votacoes-nesta-4a-feira/

Boletim do TCE-GO faz raio-X na folha de pagamento do Estado

Priscila Marçal

Publicação trimestral mostra a composição da folha do Poder Executivo

DA REDAÇÃO

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) lançou um novo boletim eletrônico, desta vez para demonstrar a composição da folha de pagamento do Poder Executivo em **Goiás**. A publicação traz informações sobre a força de trabalho estadual, a quantidade de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como a evolução do quadro ao longo dos anos e seu respectivo custo.

A primeira edição mostra que o Poder Executivo mantinha, em junho do corrente ano, 155.879 vínculos, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, gerando uma despesa cujo valor bruto mensal é de R$ 1.144.450.365,66. O boletim mostra uma queda de 6.101 servidores ativos entre janeiro de 2020 e junho deste ano, enquanto entre inativos e pensionistas houve elevação de 875 e 413, respectivamente.

Também é destacada a força de trabalho do Estado, composta pelo somatório de todos os servidores ativos, distribuídos em quatro categorias. 69% são Efetivos, 21% Temporários e 10% Empregados Públicos e Comissionados. Além desses servidores, um contingente de colaboradores é contratado por meio de terceirização de serviços, os quais, por não possuírem vínculo com o Estado, não fazem parte da folha de pagamento de pessoal.

Clique aqui para conferir.

As maiores

A folha de pagamento de pessoal da **Goiás** Previdência é a de maior porte em quantidade de beneficiários e em custo, em razão de concentrar os inativos e pensionistas do Poder Executivo. Considerando o porte da força de trabalho, isto é, apenas servidores ativos, a unidade administrativa com o maior número de colaboradores e de maior materialidade financeira de folha é a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), que concentra 46% de toda a força de trabalho do Executivo, seguida da Polícia Militar, com 14%. Secretaria de Saúde é a terceira maior em número de servidores, representando 8% do quadro de ativos.

O Boletim Estratégico da Composição do Quadro de Pessoal do Estado De **Goiás** - Poder Executivo será trimestral, fornecendo um histórico de dados desde o ano de 2020. O documento é produzido pelo Serviço de Informações Estratégicas do **TCE**-GO, utilizando como fonte de dados o Sistema de Folha de Pagamento do Poder Executivo (RH NET).

Informações sobre o quadro de pessoal dos demais Poderes e dos Órgãos Autônomos podem ser acessadas no painel dinâmico do Observatório do Cidadão, no Portal do **TCE**-GO.

Site: https://imprensamadureira.com.br/boletim-do-tce-go-faz-raio-x-na-folha-de-pagamento-do-estado/